

Geografia Política

José Eloízio da Costa



São Cristóvão/SE
2012

Geografia Polílica

Elaboração de Conteúdo
José Eloízio da Costa

Projeto Gráfico

Neverton Correia da Silva
Nycolas Menezes Melo

Capa

Hermeson Alves de Menezes

Diagramação

Nycolas Menezes Melo

Presidente da República

Dilma Vana Rousseff

Ministro da Educação

Fernando Haddad

Diretor de Educação a Distância

João Carlos Teatini Souza Clímaco

Reitor

Josué Modesto dos Passos Subrinho

Vice-Reitor

Angelo Roberto Antonioli

Chefe de Gabinete

Ednalva Freire Caetano

Coordenador Geral da UAB/UFS**Diretor do CESAD**

Antônio Ponciano Bezerra

coordenador-adjunto da UAB/UFS**Vice-diretor do CESAD**

Fábio Alves dos Santos

Diretoria Pedagógica

Clotildes Farias de Sousa (Diretora)

Diretoria Administrativa e Financeira

Edélzio Alves Costa Júnior (Diretor)

Sylvia Helena de Almeida Soares

Valter Siqueira Alves

Coordenação de Cursos

Djalma Andrade (Coordenadora)

Núcleo de Formação Continuada

Rosemeire Marcedo Costa (Coordenadora)

Núcleo de Avaliação

Hérica dos Santos Matos (Coordenadora)

Núcleo de Tecnologia da Informação

João Eduardo Batista de Deus Anselmo

Marcel da Conceição Souza

Raimundo Araujo de Almeida Júnior

Assessoria de Comunicação

Guilherme Borba Gouy

Coordenadores de Curso

Denis Menezes (Letras Português)

Eduardo Farias (Administração)

Paulo Souza Rabelo (Matemática)

Hélio Mario Araújo (Geografia)

Lourival Santana (História)

Marcelo Macedo (Física)

Silmara Pantaleão (Ciências Biológicas)

Coordenadores de Tutoria

Edvan dos Santos Sousa (Física)

Raquel Rosário Matos (Matemática)

Ayslan Jorge Santos da Araujo (Administração)

Carolina Nunes Goes (História)

Viviane Costa Felicíssimo (Física)

Gleise Campos Pinto Santana (Geografia)

Trícia C. P. de Santana (Ciências Biológicas)

Vanessa Santos Góes (Letras Português)

Lívia Carvalho Santos (Presencial)

Adriana Andrade da Silva (Presencial)

NÚCLEO DE MATERIAL DIDÁTICO

Hermeson Menezes (Coordenador)

Marcio Roberto de Oliveira Mendonça

Neverton Correia da Silva

Nicolás Menezes Melo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos

Av. Marechal Rondon, s/n Jardim Rosa Elze

CEP 100 000 São Cristóvão SE

Fone(71) 210 6600 Fa (71) 210 667

Sumário

AULA 1

Introdução à Geografia Política: sua importância e atualidade 07

AULA 2

A concepção da Geografia Política de Ratzel.....17

AULA 3

Teorias Geopolíticas Clássicas.....27

AULA 4

A teoria das teorias geopolíticas: a questão do Espaço Vital..... 39

AULA 5

A Questão da Nação e do Nacionalismo..... 51

AULA 6

A Geografia Política na Constituição Federal61

AULA 7

Geografia Eleitoral – aspectos territoriais.....73

AULA 8

Geografia Política da Guerra..... 83

AULA 9

Exemplos das Guerras Modernas.....93

AULA 10

A questão das Fronteiras.....103

Aula 1

INTRODUÇÃO À GEOGRAFIA POLÍTICA: SUA IMPORTÂNCIA E ATUALIDADE

META

Nessa aula o aluno deverá contextualizar essa disciplina com as demais disciplinas da Geografia Humana e também com as Ciências Afins, como é o caso da Ciência Política e as Relações Internacionais.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:
Contextualizar a Geografia Política enquanto disciplina autônoma, e de suas características internas que possam dar cientificidade.
Analisar as categorias da Geografia Política e sua relação com as ciências afins.

PRÉ-REQUISITO

Minimamente o aluno deverá dominar algumas categorias da Geografia, em especial da categoria Território. Portanto, a disciplina História do Pensamento Geográfico deve ser um dos requisitos mais importantes.

José Eloízio da Costa

INTRODUÇÃO

Fazer uma introdução de uma disciplina não é fácil. E ainda mais desafiador quando a disciplina é pouco conhecida entre os estudantes de Geografia, além que caracterizar-se como um tema árido. É uma disciplina que estuda o Poder, especialmente o Poder Político e o aspecto desafiador de analisar os efeitos territoriais de suas ações. Esse é o campo de estudo da Geografia Política. Também destacaremos a relação entre a Geografia Política e a outras áreas do conhecimento, como a Ciência Política e as Relações Internacionais.

A relação entre o Estado, o Território, o Poder, a População e a Soberania, integram como estudo da Ciência Política. Mas esta ciência não aprofunda o aspecto territorial e cabe justamente a Geografia Política o papel de analisar, dentro dos aspectos metodológicos estritamente geográficos.

Para isso, a presença do Estado é extremamente importante, em especial na sua relação com o Território, palco maior das ações estatais, para firmar seu poder sobre a população, a Nação e o reconhecimento perante os demais países.

Vamos a aula !

A questão conceitual é importante como primeiro ponta-pé de estudos. E como vocês perceberam em disciplinas anteriores, notadamente na disciplina História do Pensamento Geográfico, o conceito de Geografia não é único. Existe uma infinidade de concepções, a depender da corrente do pensamento ou até mesmo do autor trabalhado, como Milton Santos, Ana Fani, etc. É o que pode ser visto também para a Geografia Política.

Mas a questão não seria só isso. O mais importante é dar cientificidade a disciplina e isso, no nosso entendimento, é um grande desafio. Por vários motivos.

1. A Geografia Política é uma disciplina pragmática – essa é uma dificuldade, até porque a temática mexe com as questões de poder, e os processos e conjunturas políticas aparecem de forma não sistemáticas e empiricamente caóticas. Não havendo, portanto, qualquer organização ou sistematização de processos relacionados às ciências em geral. Nesse campo teríamos mais uma ideologia que propriamente uma teoria científica. E essa questão fica dentro do campo da atuação política e na não da Geografia ou da Ciência Política.

2. A Geografia Política foi mais instrumental do que teórica – isso estar relacionado com a confusão existente (que discutiremos em uma das aulas) entre Geografia Política e Geopolítica e, mostrou durante muito tempo que esse braço da Geografia serviu para fazer a guerra (Lacoste) ou apoiando ambiciosos atores políticos, com informações, assessoria, análises de estratégias e outros instrumentos de apoderamento do Estado e do Território.

3. Os outros temas estão mais concentrados nas Ciências Afins que na Geografia Política – no nosso entender, seria um dos maiores problemas da Geografia em geral, mas que atualmente estamos tranquilos em relação a isso. Entretanto, na Geografia Política a questão é muito complicada. Ela aparece como prima pobre da Ciência Política ou das Relações Internacionais. Os temas são “engolidos” pelas áreas afins, empobrecendo teoricamente a Geografia Política. A questão do Estado, das Fronteiras, do “Espaço Terrestre”, são estudados por aquelas ciências e a Geografia Política é comumente esquecida. E isso não podemos permitir na medida em que temos um elemento crucial: o estudo do território e a importância como agente modelador e como exercício do poder, inclusive com prerrogativas constitucionais de intervir quando de situações emergenciais como guerra, calamidade pública, comoção nacional.

COSTA (2010, p. 17) analisa bem essa questão no que se refere ao campo de estudo da Geografia Política e de suas particularidades em relação à Ciência Política (o grifo em negrito é nosso):

Esse é o terreno movediço em que se desenvolve o pensamento em geografia política. De certo modo, pode-se afirmar que é o terreno das ciências políticas. No específico em questão, entretanto, tal complexidade é mais visível, pois se trata aqui particularidade de política de Estado, ou, mais precisamente, da política territorial dos Estados. Em outras palavras, cabe à geografia a tarefa nada trivial, entre outras, de examinar e interpretar os nodos de exercício do poder estatal na gestão dos negócios territoriais e a própria dimensão territorial das fontes de manifestações do poder em geral.

A citação acima é bem clara em relação ao objeto de estudo da Geografia Política, apresentando dois elementos fundamentais: a questão das políticas territoriais do Estado e isso pode ser lido de forma mais ampla possível. E a outra tem a ver com a administração territorial, dando um caráter operacional do Estado sobre o Território.

EM BUSCA DE UM CONCEITO

Nesse aspecto apresentamos o nosso entendimento do que vem a ser a Geografia Política: é um ramo da Geografia Humana que estuda e analisa os fenômenos políticos que rebatem na produção e organização territorial efetivada pelo Estado-Nação, suas causas, efeitos e contradições perante seus nacionais e estrangeiros. Relacionam-se a todos os fenômenos ligados ao Poder, a Nação, as Fronteiras, as Relações Internacionais, a Soberania, etc.

Ainda continuando nessa questão conceitual, vamos observar o que COSTA (2010, 19) afirma em relação à disciplina da geografia política, grifamos as partes mais importantes, destacando a comparação com a geopolítica:

É preciso reconhecer, entretanto, que parte da tradição nesse setor identifica como geografia política o conjunto de estudos sistemáticos mais afeitos à geografia e restritos às relações entre o espaço e o Estado, questões relacionadas à posição, situação, características de fronteiras; enquanto à geopolítica caberia a formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os Estados e as estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros,...

É fácil perceber o objeto de estudo da Geografia Política. O Território aparece como elemento central. Além daquelas questões colocadas acima (políticas territoriais e administração territorial), tudo isso resume a duas articulações necessárias: a presença do Estado e do Território. Com a articulação dos dois, temos os desdobramentos, como posição, situação geográfica, fronteiras, políticas territoriais, etc.

Em síntese a Geografia Política aborda questões políticas na perspectiva científica, enquanto a Geopolítica é mais instrumental e tem a ver com ações sobre o território, inclusive como forma de dominação.

Por outro lado, devemos perceber na citação acima, que, pela citação a Geografia Política pode entrar em uma armadilha: ela seria apenas descritiva? Como situação, posição geográfica, etc. Achamos que essa análise é limitada, e acreditamos que a Geografia vai mais além. Daí agregarmos políticas de natureza territorial como objeto de estudo da Geografia.

E o que significa políticas territoriais? Acreditamos que essa questão tem a ver com a ocupação do território através das ações do Estado. um exemplo seria a presença do Estado em áreas de emergência ou de calamidade pública em função de chuvas, secas, etc. outro exemplo seriam as áreas de litígios entre estados, como acontece com uma extensa área entre os estados do Ceará.

Em Sergipe temos uma questão territorial muito interessante e tem a ver com o aspecto territorial que definirá uma importante atividade econômica: é o caso da definição de fronteira entre os municípios de Pacatuba e Pirambu. Não existe consenso, inclusive uma longa ação tramita na Justiça sobre essa questão. E por uma curiosidade: o interesse econômico é mais importante do que interesse territorial. O que os dois municípios querem é o direito dos royalties. O tributo do petróleo pago pela Petrobrás. Os dois querem porque querem o dinheiro. A fronteira parece ser uma questão secundária.

A GEOGRAFIA POLITICA E AS DISCIPLINAS AFINS

Para entender ainda a posição da Geografia Política, é preciso delimitar até onde esse segmento da Geografia Humana realmente estuda. Para isso, não podemos esquecer que outros ramos também analisam os mesmos objetos de estudo: a questão do Estado, das relações entre os Estados e o território como parte substancial do Estado.

Acreditamos que dois ramos das ciências sociais aplicadas “confundem” com a Geografia Política: a Ciência Política e as Relações Internacionais.

Mas devemos saber até onde a Geografia Política. Ficamos com o nosso conceito acima e no interesse de ampliarmos a abordagem dessas disciplinas. As chamadas políticas territoriais, e que fazem parte da materialização do Estado nos dias atuais, devem ser objetos de estudos da Geografia Política. Ou seja, não apenas políticas onde o Estado aparece com força, como a questão das fronteiras e do uso do braço armado (Exército, Marinha e Aeronáutica) para manter a soberania nacional; mas ações estatais de caráter territorial e que podem ser vistas em Ministérios como o de Desenvolvimento Agrário.

Mas o importante nessa questão é situar a Geografia em relação a essas duas áreas.

Vamos a elas.

EM RELAÇÃO À CIÊNCIA POLÍTICA

É fácil fazer a diferenciação dessa ciência com a Geografia Política. A Ciência Política trabalha com a questão do Estado enquanto instituição política que exerce sua soberania sobre o território nacional e busca seu reconhecimento perante os demais Estados. Agregando-se também a abordagem dos sistemas políticos, o processo eleitoral, a estrutura do Estado e os atores políticos envolvidos, além de instituições, como os partidos políticos.

A grande questão é a proximidade com os aspectos do território. E nisso devemos diferenciar: território para a Ciência Política seria apenas um elemento formador do Estado. É verdade que temos Estado sem território, como é o caso da Palestina. Mas os exemplos são raros. A força do Estado está na existência do território.

É no território que a população reside, onde estão seus recursos naturais e principalmente pode ser motivo de orgulho, como hino, bandeira e armas nacionais. Mas é o Estado, apenas o Estado que a Ciência Política como principal objeto de estudo.

EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Essa importante área das ciências sociais aplicadas estuda as formas e estruturas das relações entre os Estados, mas também da relevante presença das entidades supranacionais em nível político como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA).

Temáticas como aplicação das Resoluções da ONU, ou convenções da OIT ou da OMS são assuntos que interessam a área das Relações Internacionais.

Essa área tem uma importância fundamental para entender a complexidade do mundo contemporâneo e das relações políticas entre os Estados.

Entretanto os aspectos territoriais pouco aparecem nos estudos das relações internacionais, até porque suas abordagens concentram-se na dimensão institucional e não na dimensão territorial. Mesmo que temas como fronteiras, litígios territoriais e guerras tenham conotação geográfica, ainda assim não seria uma tema central para as Relações Internacionais.

O que a Geografia Política tem a ver com as Relações Internacionais? Essa questão estaria muito mais relacionada com a questão do funcionamento, da estrutura e do papel político e institucional do Estado. Acreditamos que aí seria um dos elementos que mais se aproxima dessas duas áreas.

Que Categorias a Geografia Política realmente estuda?

Vamos fechar a aula com uma abordagem muito importante: que categorias a Geografia Política realmente trata?

Para o aluno entender elencamos cinco:

1. Território – é a categoria central da abordagem da Geografia Política, na medida em que esse elemento que integra o Estado tem rebatimento nas ações do Estado. Afinal, o território, é o “lugar” central para o exercício do Poder.
2. Poder – isso no sentido institucional. É o elemento mediador entre o Estado e o Território. É a emanção de quem manda e quem obedece. O poder político não deve ser arbitrário. Em uma sociedade democrática, devem existir mecanismos legais para qualquer tipo de arbitrariedade e a divisão dos poderes foi uma invenção política muito importante durante o período do renascimento.
3. Fronteiras – efetivamente é um objetivo geográfico, mas tem uma conotação muito mais política que propriamente da Geografia. É uma área onde os interesses de Estado podem estar em jogo, pois envolve segurança nacional, litígio, conflitos, migrações clandestinas, etc.
4. População – são os residentes do território. Claro, sem população não existe Estado. É uma categoria eminentemente geográfica e tem forte vínculo com o território. População tem seus desdobramentos e certamente os alunos já viram esses conteúdos na disciplina Geografia da População, como crescimento demográfico, estrutura populacional, migrações, etc.
5. Estado – é uma categoria fundamental na Geografia Política, sendo a instituição suprema do território. Tem o domínio e legitimidade de aplicar até mesmo a violência para “manter a segurança nacional”. É um complexo de órgãos e instituições que o representa, mas resumidos nos três poderes institucionais: Legislativo, Executivo e Judiciário. Sem o Estado, a Geografia Política não existe.

Essa aula visa apenas situar a Geografia Política não apenas em relação as outras disciplinas da ciência geográfica, mas com as demais disciplinas. Acreditamos que o objetivo foi atingido.

Para finalizar mesmo, queremos apenas introduzir um elemento: a atualidade da disciplina. Porque essa questão?

Simple. Essa disciplina geralmente “vive do passado”, sempre relacionando com as teorias geopolíticas e seu “papel” perante o Estado, em especial, vinculado as teorias e técnicas militares. Parece que atualidade é atribuição das outras disciplinas e ciências afins. O que discordamos dessa afirmativa. A disciplina é importante para os dias atuais. Como dissemos, por ser simple: o território é o elemento fundamental do Estado e uma categoria complexa, por envolver, além do Estado, os atores sociais e políticos e também os recursos naturais que estão disponíveis para dar maior força política ao Estado.

CONCLUSÃO

O que temos a dizer no final dessa aula é o aluno entender a importância dessa disciplina, no rol das disciplinas da Geografia Humana. E para isso desenvolvemos uma abordagem mais conceitual e de situar a mesma em relação as outras áreas do conhecimento.

A Geografia Política é vista como disciplina meramente pragmática e instrumental, além de tratar de “temas importados” das outras áreas. Mas devemos superar essa concepção e colocar essa disciplina no caminho certo: ela tem toda uma tradição e um conjunto de autores com concepções diferentes e que fizeram a história da geografia política e principalmente da geopolítica.

Assim, os temas abordados foram apenas para provocar os alunos e um dos elementos foi dominar as categorias centrais da Geografia Política.



RESUMO

A Geografia Política é uma disciplina no espectro da Geografia Humana como uma “disciplina desconhecida” e árida. Porém, ela estuda os aspectos do poder, principalmente do Poder Político. Esse é o campo de estudo da Geografia Política e sua relação com outras áreas do conhecimento, como a Ciência Política e as Relações Internacionais. Mas para dar cientificidade, é um desafio. Primeiro, porque ela é encarada como uma disciplina pragmática, além de ser instrumental e de certa forma apropriada por outros profissionais, o que torna uma “disciplina emprestada” e de menor importância. Não concordamos com tal assertiva. Qual seu conceito? Geografia Política é um ramo da Geografia Humana que estuda e analisa os fenômenos políticos que rebatem na produção e organização territorial efetivada pelo

Estado-Nação, suas causas, efeitos e contradições perante seus nacionais e estrangeiros. Em relação às disciplinas afins, a Geografia Política tem relação direta com a Ciência Política e com a área das Relações Internacionais, mas o que diferencia é que a disciplina tem como elemento central o território. Relacionam-se também com os fenômenos ligados ao Poder, a Nação, as Fronteiras, as Guerras, a Soberania, etc. Soma-se também a sua atualidade com as chamadas “políticas territoriais” e que deve ser objeto de estudo da Geografia Política. São cinco às categorias da disciplina: Território, Poder, Estado, População e Fronteiras. E devemos observar que temas da atualidade também podem ser estudados pela Geografia Política. E o território é o elemento fundamental do Estado e uma categoria complexa, por envolver, além do Estado, os atores sociais e políticos e também os recursos naturais que estão disponíveis para dar maior força política ao Estado.



O aluno deverá resolver a seguinte questão:

- Fazer uma pesquisa na internet para saber quais as atribuições da OIT e a OMS.
- Lacoste afirma que existe a “Geografia dos Professores” e a “Geografia dos Militares”. Na sua opinião, o que ele quis dizer com isso?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Essa foi à primeira aula do nosso curso, e esperamos que o aluno tenha percebido a importância dessa disciplina. Apesar de ser conhecida como uma disciplina árida e não muito atrativa, devido aos conteúdos serem excessivamente genéricos e abstratos; mas a visibilidade de seus estudos é notável. Se analisarmos a questão das guerras, por exemplo, podemos enumerar as guerras mais recentes, como a Golfo, a do Afeganistão, a da Bósnia. E tudo isso traz dor, tristeza e morte, principalmente para as populações civis.

Esses assuntos devem fazer parte dos estudos de um aluno de graduação em Geografia.



PRÓXIMA AULA

Na próxima vamos trabalhar com um tema que praticamente faz parte do conteúdo “clássico” da Geografia Política. Trata-se da temática ligada ao pensamento de Ratzel. Achemos interessante começar por esse autor, para melhor entender os demais estudiosos da Geografia Política e principalmente da Geopolítica.



AUTOAVALIAÇÃO

Essa primeira aula ajuda o aluno a contextualizar a importância da Geografia Política. E não podemos esquecer que a literatura no Brasil sobre as questões dos fenômenos políticos do Estado no território é muita reduzida. O que torna uma grande responsabilidade produzirmos um material mais “light”, até porque devemos simplificar as categorias da Geografia Política. De qualquer jeito, mesmo com o desinteresse crescente da sociedade sobre o “mundo político”, naquilo que chamo de “despolitização inconsequente”, essa disciplina é de grande importância na formação intelectual dos estudantes de Geografia. Será que a Geografia Política ajuda nesse processo?

REFERÊNCIAS

- COSTA, Wanderley Messias da Costa. Geografia Política e Geopolítica. São Paulo: editora da USP. 2010.
- FERNANDES, José Pedro Teixeira. “A Geopolítica Clássica Revisitada” in Revista Nação e Defesa, n. 105, s/d. 2003.
- O’LOUGHLIN, John (Ed.). Dictionary of geopolitics. Westport: Greenwood, 1994. 284p.
- WEIGERT, Hans. Geopolítica: generales e geógrafos. México, Fondo de Cultura Económica, 1943.